

+museu

Boletim do Museu Municipal de Palmela | n.º 29 - maio 2024/nov. 2024

Editorial

Estamos em Abril e respiramos Liberdade e Democracia. Sentimos os valores da Revolução todos os dias, mas, neste mês, e no ano do cinquentenário, o vermelho dos cravos pulsa-nos no sangue e faz com que o bater do coração seja mais pujante. Uma espécie de força indivisível que impele à luta. Todas/os por uma sociedade justa e igualitária. O Município de Palmela e os parceiros prepararam um vasto programa de atividades para celebrar os 50 anos de Abril e, mais do que isso, alicerçar, todos os dias, «as portas que Abril abriu», demonstrando o nosso compromisso de não mais as deixar fechar. Exposições, apresentações de livros, encontros, debates, cinema, música, teatro - tudo concorre para tornar 2024 um ano muito especial.

E este número do boletim +museu não poderia deixar passar a oportunidade de falar de Abril. Porque os museus não são inócuos, tomam posição! No primeiro artigo, Diogo Ferreira fala-nos de Arnaldo de Carvalho, funcionário autárquico que, após várias denúncias, foi preso pela PVDE no início do Estado Novo. Era, alegadamente, um «elemento bastante avançado e comunista confesso». Com esta investigação, procura-se trazer à luz a história da sua prisão, ao mesmo tempo que se faz um retrato da vivência da época, onde a luta contra o Fascismo acontecia na sombra, por centenas de pessoas, na sua maior parte, anónimas.

O Programa de Recuperação e Animação do Castelo (PRAC), no início dos anos oitenta, fortemente impulsionado pelos valores da Revolução de Abril, é abordado no segundo artigo, que sublinha o impacto que a nova era democrática teve na Cultura, com tantas e variadas expressões de iniciativa autárquica. Palmela é disso bom exemplo: uma década depois da mudança de regime, firma uma nova dinâmica neste domínio. Através das vozes de quem idealizou, à época, o Castelo como monumento democrático, acessível a todas as pessoas, damos a conhecer a intervenção projetada para várias áreas do monumento que, embora não tenha sido concretizada na sua plenitude, ainda hoje se reveste de grande importância e originalidade.

Os Encontros sobre Ordens Militares realizam-se em Palmela, há mais de três décadas. Este número faz o balanço da última edição, que decorreu em outubro de 2023, sob o tema "Ordens Militares. Do Convento e da Guerra para o Mundo" e com o Alto Patrocínio da Presidência da República. O programa final integrou 77 conferências e quatro posters, e contou com mais de 70 participantes-assistentes, de Espanha, França, Reino Unido, Irlanda, Suécia, Polónia, Itália, Alemanha, Áustria e Hungria. As/os investigadoras/es nacionais deslocaram-se de várias partes do país e 60 instituições, nacionais e estrangeiras, fizeram-se representar. Estamos já a planear o próximo.

Concluída a pintura dos medalhões do Chafariz de D. Maria I, apresenta-se o relatório dos trabalhos realizados pela empresa responsável pela intervenção, assim como do processo participado que levou à seleção das cores. Reconstruído no lugar de um antigo chafariz quinhentista, construído por ordem de D. Jorge (1481-1550), último Mestre da Ordem de Santiago, e segundo o projeto de Joaquim José da Costa, no século XVIII, mantém, hoje, pela sua imponência, beleza e localização, um importante papel na vila de Palmela.

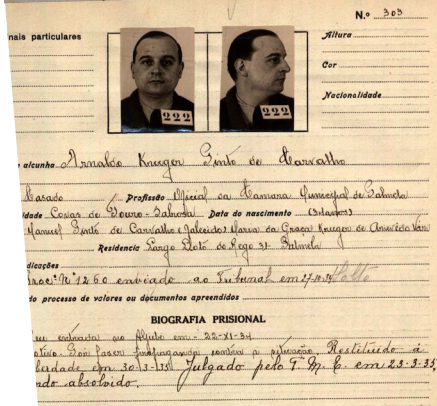
Boas leituras!

Abril Sempre! Abril para já!

O Presidente da Câmara



Álvaro Manuel Balseiro Amaro



Em investigação...

A PRISÃO POLÍTICA DE UM FUNCIONÁRIO DA C.M. DE PALMELA: A HISTÓRIA DE ARNALDO KRUGER PINTO DE CARVALHO (1934-1935)



Na segunda quinzena de setembro de 1934, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) recebeu uma denúncia sobre Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho, amanuense da secretaria da Câmara Municipal de Palmela. Este funcionário público era, alegadamente, um *"elemento bastante avançado e comunista confesso"*, posição político-ideológica que fazia questão de partilhar, inclusive, em público no decurso do horário de expediente da sua repartição. Declarava abertamente, de igual modo, que os orçamentos de Estado salazaristas eram fictícios.

A polícia política foi informada, também, que o antigo fator de 3.^a classe² dos Caminhos de Ferro do Estado - que prestou serviço nas regiões do Minho e Douro - foi demitido desta instituição por ter tomado parte ativa na revolta de fevereiro de 1927 contra a Ditadura Militar. Ao lado dos *revirralhistas*, ter-se-á servido da sua função na operadora de transportes ferroviários para colocar dois comboios, na estação de Peso da Régua, à disposição dos revolucionários. A derrota das forças liberais resultou na sua prisão política, durante cerca de um ano, na Penitenciária de Lisboa.

Finalmente, a mesma denúncia indicava que o seu ingresso no município de Palmela foi consequência da ação direta e influente do professor Hernâni Cidade, em 1933. Esta era uma figura destacada e muito respeitada do meio militar, cultural, político e universitário português.

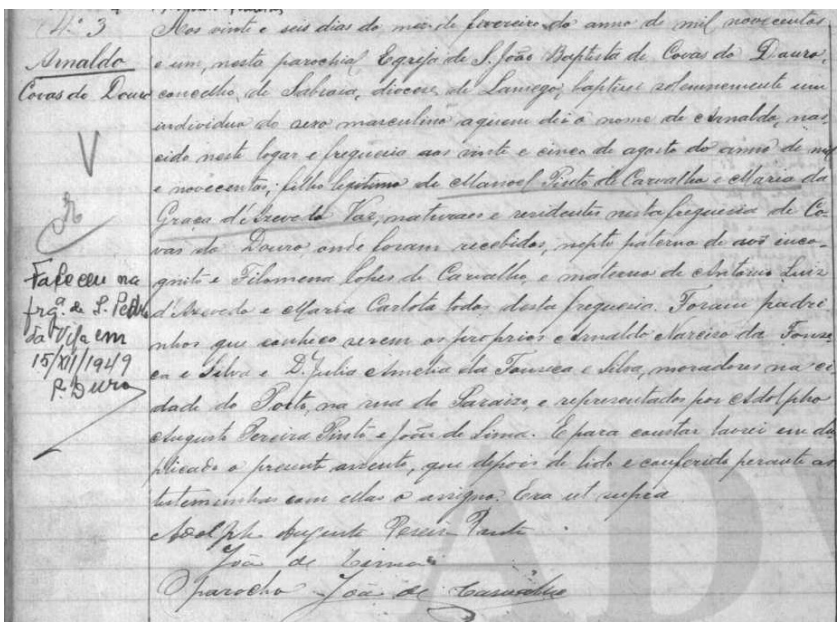
Perante estas graves acusações, o subdiretor da PVDE solicitou junto do administrador do concelho de Palmela, tenente Fernando Infante da Câmara Almeida e Sousa, mais pormenores sobre estas matérias por existirem *"informações que nada abonam o comportamento político do referido indivíduo"*³.

A resposta do tenente da GNR permite concluir que a delação não teve origem nesta autoridade administrativa, uma vez que este asseverou não ter dados suficientes para formalizar uma análise criteriosa. Sabia, contudo, que o amanuense tinha admitido, por diversas vezes, ter participado na insurreição de 1927 e que se fazia acompanhar de *"criaturas desafectas à Situação, tendo já sido visto com panfletos bolchevistas"*⁴, razões pelas quais era aconselhável transferir o funcionário público para outra região. Neste sentido, não surpreende que tenha sido dada ordem para que Arnaldo de Carvalho fosse enviado, sob prisão, de Palmela para os calabouços da polícia política.⁵ Escortado por um guarda do Comando Distrital de Setúbal da PSP, o funcionário municipal - agora preso político - deu entrada na 1.^a esquadra da PVDE em 12 de outubro de 1934.⁶

Pormenor da ficha individual da PVDE de Arnaldo de Carvalho (1934-1935)

Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/2/303.



Registo de batismo de Arnaldo de Carvalho (1901)

Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Covas do Douro, Livro de Registo de Batismos relativo aos anos de 1890-1901, fl. 92v, Registo de Batismo de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho de 26/02/1901.

Em investigação...

Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho nasceu na freguesia de Covas do Douro, no concelho de Sabrosa, em 25 de agosto de 1900, filho de Manuel Pinto de Carvalho e de Maria da Graça Azevedo Vaz de Carvalho, ambos igualmente naturais daquela freguesia. Era neto paterno de avô incógnito e de Filomena Lopes de Carvalho e neto materno de António Luís de Azevedo e de Maria Carlota, todos igualmente de Covas do Douro.⁷ Através do seu cadastro político e da sua ficha individual da PVDE, sabe-se que era casado, que residia no antigo Largo Leote do Rego, em Palmela, e que o seu pai já tinha falecido à data da segunda detenção política, prisão essa motivada “por haver a informação de ser um elemento activo de propaganda extremista”⁸.

Para o desenrolar das investigações, a polícia política requereu a colaboração da PSP de Setúbal, a cujo comandante foi questionado se existiam referências criminais sobre o detido nos seus arquivos em virtude de ser “acusado de fazer propaganda subversiva em Palmela e nessa cidade”⁹. A resposta foi negativa.¹⁰ Em simultâneo, foi requerido à Administração do Concelho de Palmela que vários trabalhadores municipais fossem ouvidos “acerca da conduta política do mesmo Arnaldo de Carvalho, cujos autos de declarações V. Exa. fará o favor de enviar a esta secção”¹¹.

Nos dias 22 e 23 de outubro de 1934, doze pessoas deram o seu depoimento ao administrador do concelho de Palmela, a esmagadora maioria funcionários do município palmelense: 1 - Henrique Bernardino da Graça, chefe da secretaria; 2 - Pedro Augusto da Fonseca, tesoureiro municipal; 3 - Carlos Henrique da Graça, veterinário e inspetor da sanidade pecuária; 4 - Mário Augusto dos Santos, chefe da secção administrativa; 5 - Hinorino dos Santos Nunes Ferreira, aferidor municipal; 6 - António de Oliveira Machado, fiscal; 7 - José Bernardo Gomes, contínuo; 8 - Humberto Augusto Coelho, ex-contínuo; 9 - Mário Rodrigues de Oliveira, amanuense; 10 - Carlos Martinho e Sousa, comerciante; 11 - Venceslau Batista Pacheco, motorista; 12 - José Luís Camolas, fiscal. Genericamente, os indivíduos convocados a prestarem declarações descreveram que o detido lia imprensa estrangeira, panfletos ou obras consideradas subversivas ou anti-situacionistas, que se assumia como comunista ou que tecia duras críticas ao governo do Estado Novo.

N.º 303	
Sinais particulares	 
	Altura
	Cor
	Nacionalidade
Nome e alcunha <u>Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho</u>	
Estado <u>casado</u>	Profissão <u>Oficial da Câmara Municipal de Palmela</u>
Naturalidade <u>Covas do Douro - Sabrosa</u>	Data do nascimento <u>(31 de Agosto)</u>
Filiação <u>Manuel Pinto de Carvalho (falecido) Maria da Graça Kruger de Azevedo Vaz</u>	
Residência <u>Largo Leote do Rego 31 - Palmela</u>	
Outras indicações <u>Proc.º 12.60 enviado ao Tribunal em 27-10-1934</u>	
Número do processo de valores ou documentos apreendidos	
BIOGRAFIA PRISIONAL	
<u>Seu encarceramento no Aljube em 22-11-34</u> <u>depois de ter sido indultado por decisão p. política. Restituído à</u> <u>liberdade em 30-12-34 Julgado pelo T. M. & em 23-3-35,</u> <u>sendo absolvido.</u>	

O depoimento mais oneroso foi efetuado pelo chefe de secretaria da C.M. de Palmela, Henrique Bernardino da Graça, superior hierárquico de Arnaldo de Carvalho naquela repartição. Nas suas declarações relatou que o detido, pouco depois de ter ingressado no município de Palmela como amanuense, em 31 de julho de 1933, admitiu ter participado na revolta de 1927, pondo dois ou três comboios ao serviço dos revolucionários e ajudando a dinamitar uma ponte.

Asseverou que Arnaldo de Carvalho afirmava abertamente, até perante contribuintes, que era contra a Situação (ditadura) e que estaria para breve o tempo dos *ajustes de contas*. Alegadamente, no ponto de vista do preso político em estudo, *"isto das ditaduras dava sempre maus resultados, bastando para isso ver-se o que se estava passando em Espanha"*. Referiu, do mesmo modo, que o seu subordinado censurava os vários decretos que eram publicados e a obra financeira de Oliveira Salazar.

Perante estas posições, meses depois, o mesmo chefe de secretaria da C.M. de Palmela - aproveitando uma ida em serviço à Direção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior - pediu aos responsáveis daquela secção para que Arnaldo de Carvalho fosse colocado como adido *"pois que era um comunista perigoso e bastante conflituoso"*. No dia seguinte, foi-lhe comunicado por quatro funcionários municipais que o preso político em questão tinha abusado da ausência do seu superior hierárquico para, durante cerca de duas horas, ter promovido um *"autêntico comício dentro da secretaria da Câmara (...) falando mal da Situação, afirmando que as contas do Estado estavam erradas (...) que o Doutor Salazar estava explorando o povo"* ou que o ex-ministro das Finanças, Marques Guedes, era muito superior ao chefe de governo. Este foi o acontecimento chave que motivou a denúncia para a intervenção da PVDE.

A gravidade destas acusações levou-o a transmitir o sucedido ao anterior Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Palmela, o tenente-aviador Diogo Rogério dos Reis Themudo. Com a posterior subida ao poder do executivo dirigido por Francisco Carvalho de Oliveira e Silva, o chefe de secretaria colocou o presidente a par das ideias avançadas de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho, *"que era declaradamente comunista e livre-pensador"*¹². Uma das últimas questões apresentadas por Henrique Bernardino da Graça à autoridade administrativa foram as alegadas idas

diárias de Arnaldo de Carvalho até Setúbal, nos dias posteriores à alteração da ordem pública de fevereiro de 1934¹³, por criticar publicamente o governo no seu percurso a pé até à estação.

O testemunho de Henrique Bernardino da Graça ficou concluído com a referência à suspensão laboral que impôs, por 8 dias, - meses antes - a Arnaldo de Carvalho devido a uma alegada falta de respeito de que foi vítima e com a observação de que era frequente o detido dedicar-se à leitura de propaganda *avançada*.

Os restantes depoimentos são consideravelmente curtos. O tesoureiro municipal, Pedro Augusto da Fonseca, desconhecia se o colega amanuense professava ideais marxistas-leninistas por nunca terem conversado sobre política, confirmando apenas que já o tinha ouvido mencionar que os orçamentos apresentados pelo Estado Novo não eram verdadeiros e que apenas serviam para ludibriar a população.¹⁴

O inspetor da sanidade pecuária, que o considerava *"irrequieto, revolucionário e um indesejável"*, relatou que escutou Arnaldo de Carvalho assumir que seguia linhas ideológicas comunistas, a criticar o Governo e a qualificar *"de tudo o que de há de pior"*¹⁵ o líder da versão portuguesa do fascismo. Mário Augusto dos Santos, por seu turno, estava de relações cortadas com o detido da presente investigação, podendo apenas garantir que outras pessoas tinham conhecimento do seu posicionamento político extremista ou que foi acusado de *"propaganda anti-situacionista"*¹⁶.

O aferidor municipal, Hinorino dos Santos Nunes Ferreira, testemunhou Arnaldo de Carvalho, debaixo das arcadas dos Paços do Concelho, *"fazer apreciações respeitantes ao movimento de Espanha, dizendo que se o movimento não vingasse desta vez, que seria outra"*¹⁷ ou que não concordava com a Situação. Lembra-se, ainda, de o tesoureiro municipal, Pedro Augusto da Fonseca, exigir providências pela preleção que o detido efetuou no dia em que o chefe de secretaria se dirigiu ao Ministério do Interior.

O fiscal António de Oliveira Machado, que não duvidava que o acusado era *desafeto à Situação*, escutou-o fazer comentários negativos para com o Estado Novo, argumentando que os orçamentos estatais eram falsos. Numa ocasião que presenciou, considerou que Arnaldo de Carvalho ficou insatisfeito quando colocaram na sua secretária, para depois serem postos na parede, os retratos de Carmona e de Salazar.¹⁸



As arcadas do edifício da Câmara Municipal de Palmela.

Autor: Fotografia Cabecinha. Década de 1920.

Fonte: Arquivo Municipal de Palmela.

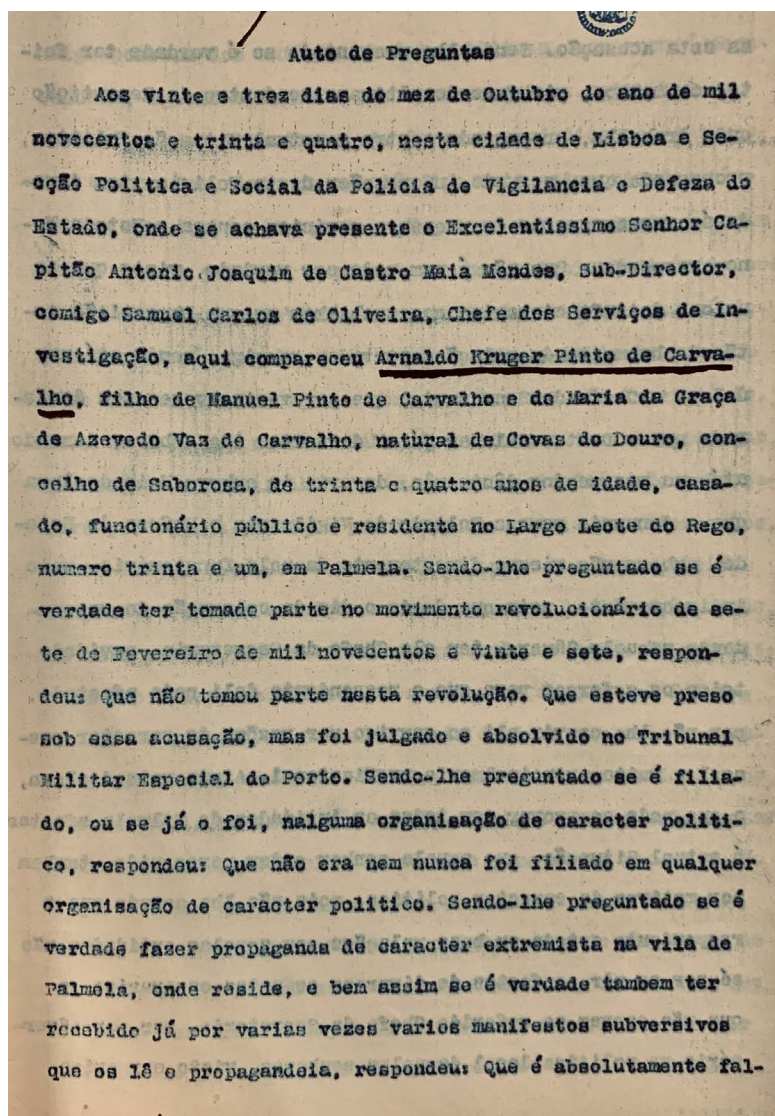
Código de Referência: PT/AMPLM/AEE/JJC/01/003.

O ex-contínuo Humberto Coelho, no período em que prestou serviço no município, ouviu o preso político avaliar negativamente o governo salazarista ou a revelar ter vergonha de ser português, “*chegando a confessar-se comunista*”¹⁹. Assistiu ao dito pequeno *comício* ou *preleção* e observou-o a ler o *Diário Liberal*. Não deixa de ser curioso que Hernâni Cidade, supostamente responsável pela atribuição do seu lugar na C.M. de Palmela, integrasse o conselho político deste periódico da oposição democrática.²⁰ Este jornal possuía como lema ‘*Pela Liberdade, pela República, pelo Povo*’.

O último testemunho do dia 22 de outubro foi de Mário Rodrigues de Oliveira, também ele amanuense na secretaria da C.M. de Palmela. Narrou que, no dia em que o chefe da repartição foi a Lisboa, se encontrava a analisar o Orçamento de Estado de 1933/1934. Arnaldo de Carvalho chamou a atenção do colega – na presença de dois populares – para o facto das contas estarem apenas aparentemente certas, uma vez que o governo salazarista não desejava que se soubesse que, para esse efeito, tinha sido contraído um grande empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos. Para o suposto equilíbrio financeiro “*o povo estava sendo explorado ao máximo pelo Salazar*”²¹. O depoimento foi semelhante a anteriores no que concerne à admissão de tomada de ação na revolta de fevereiro de 1927 ou sobre a leitura de materiais supostamente subversivos.

No dia 23 de outubro, o fiscal José Luís Camolas foi o último funcionário municipal a testemunhar, tendo considerado que a manutenção do preso político naquele concelho seria perigosa devido aos seus ideais e críticas em torno do Estado Novo.²² Fora do âmbito do funcionalismo público palmelense, o comerciante Carlos Martinho de Sousa apenas atestou que, em Palmela, Arnaldo de Carvalho era visto “*como homem de ideias avançadas e, portanto, desafecto à Situação*”²³. O motorista que fazia a carreira entre o centro de Palmela e a estação relatou ter escutado o detido referir-se ao Governo em “*termos desrespeitosos e que bem demonstravam o seu nenhum afecto à mesma Situação*”²⁴, mas que nunca tinham discutido matérias políticas.

No ofício remetido ao Subdiretor da PVDE, em que se anexavam todas estas declarações, depoimentos e testemunhos manifestamente acusatórios, a autoridade administrativa acentuou que existia uma segunda queixa contra o acusado, para além da suspensão laboral por 8 dias, também apresentada pelo chefe de secretaria. Nesta participação, Arnaldo de Carvalho era apontado como *desafeto à Situação*, mas foi desvalorizada pelo administrador do concelho, que a apreciou “*como originada na incompatibilidade existente entre o chefe da secretaria e o aludido amanuense*”²⁵.



No interrogatório a que foi sujeito pela polícia política, em 23 de outubro de 1934, Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho começou por negar a sua participação na revolta de fevereiro de 1927, declarando ter sido julgado e absolvido pelo Tribunal Militar Especial do Porto. Negou, do mesmo modo, integrar qualquer partido ou organização política e que era “*absolutamente falso*” fazer propaganda ou receber materiais de natureza subversiva no concelho de Palmela. Contestou, ainda, a realização de pequenos comícios contra o Estado Novo. Desmentia, portanto, todas as testemunhas. Em sua defesa, este funcionário público tinha a certeza de que a denúncia que originou a sua prisão estava relacionada, direta ou indiretamente, com o chefe de secretaria da C.M. de Palmela, seu superior hierárquico. Declarou que aquele trabalhador o queria ver despedido por questões de natureza pessoal e profissional: “*desde sempre tem sido vítima das intrigas e perseguições daquele funcionário*”²⁶. Parece evidente o discernimento sobre a realidade que o rodeava e as causas das circunstâncias em que se encontrava.

Arnaldo de Carvalho, que estava de relações cortadas com os dois funcionários que prestavam consigo serviço na secretaria municipal palmelense (Henrique Bernardino da Graça e Mário Rodrigues de Oliveira), garantiu que diversas organizações de Palmela – que eram subordinadas ao Estado Novo – poderiam atestar que vinha sendo perseguido pelo seu chefe *“também por motivos de carácter político, pois não lhe agrada que o respondente esteja em boas relações com aquelas entidades”*. Num último argumento, em tom acusatório, o arguido referiu que o seu chefe era monárquico e que não tinha medo do Revirinho por ter *“prestado muitos serviços aos adversários da Situação”*²⁷. A proximidade de Henrique Bernardino da Graça ao fascismo era, todavia, indiscutível. Em 1939, assumia o posto de comandante do Terço da Legião Portuguesa de Palmela.²⁸

No relatório do chefe de serviços de investigação da PVDE – após as averiguações na localidade e as consultas junto da autoridade administrativa –, a detenção de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho foi justificada por constarem informações de que seria um *“elemento activo na propaganda extremista”*²⁹. O funcionário da polícia política considerou que as acusações, designadamente a promoção de campanhas contra o Governo na repartição pública onde exercia funções, foram comprovadas *“duma forma insofismável”* por 12 testemunhas *“idóneas e de absoluta confiança”*³⁰ pelo que deveria ser afastado daquela região. Assim, o detido deveria ser julgado no Tribunal Militar Especial.

Nesta instituição judicial, o processo ficou nas mãos do oficial investigador, tenente Mariano Moreira Lopes, que, no final de novembro de 1934, procurou entrevistar separadamente as testemunhas apresentadas pelo administrador do concelho de Palmela. Grosso modo, os depoimentos foram idênticos aos descritos anteriormente, valendo apenas acrescentar alguns dados adicionais.

O chefe de secretaria do município revelou que, aquando de uma visita de dois trabalhadores da C.M.

de Cascais a Palmela, Arnaldo de Carvalho criticou a obra salazarista diante daqueles funcionários públicos. Por seu turno, Carlos Henrique da Graça garantiu que o acusado apodava Oliveira Salazar de *“actos imorais com indivíduos do mesmo sexo”*³¹. O motorista lembrou-se de o ouvir dizer que tinha de eclodir um movimento revolucionário para *“correr com o Governo da Ditadura”*, enquanto o antigo contínuo reafirmou ter assistido a parte da *“espécie de comício na repartição”*³².

Para obter uma visão externa e mais imparcial, foram chamados à capital os dois empregados da C.M. de Cascais, Narciso António de Oliveira e António dos Santos Martins, cuja visita às instalações do município palmelense teve lugar em finais de 1933. Os seus depoimentos indicaram que Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho admitiu ter participado na revolta de fevereiro de 1927, em Peso da Régua, que negou o sucesso da obra financeira de Oliveira Salazar ou que não tinha receio de manifestar as suas ideias políticas fosse onde fosse. O segundo funcionário cascalense, inclusive, lembrava-se de, quando foram apresentados, que o detido pretendia ser tratado como *camarada*.³³

O promotor de justiça do Tribunal Militar Especial, em 5 de dezembro de 1934, concluiu que os crimes alegadamente cometidos pelo preso estavam previstos no Decreto-Lei n.º 23203, nomeadamente as ofensas contra o Governo ou a difusão de boatos *“susceptíveis de perturbar a tranquilidade ou a ordem pública ou de prejudicar o crédito público”*³⁴.

O julgamento teve lugar em três audiências distintas, em 9 e 16 de fevereiro e 23 de março de 1935, tendo sido encabeçadas pelo juiz coronel Adriano da Costa Macedo. Entre as testemunhas chamadas a tribunal encontravam-se vários nomes que não foram incluídos nos trâmites anteriores, nomeadamente o ex-edil e figura destacada da política local palmelense, Joaquim José de Carvalho.³⁵ Pelo meio das sessões, o advogado de defesa, capitão Correia dos Santos, pediu a absolvição de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho, argumentando para tal o bom comportamento anterior,

¹Arquivo Histórico-Militar [AHM], Tribunal Militar Especial Político, Cx. 17, Processo n.º 222/34, “Informação” não assinada em torno de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho.

²Tem como função a venda de bilhetes ou a coordenação dos tempos de entrada/saída dos comboios nas diferentes estações.

³AHM, Tribunal Militar Especial Político, Cx. 17, Processo n.º 222/34, Confidencial urgente n.º 881 de 28/09/1934 enviada pelo Subdiretor da PVDE para o Administrador do Concelho de Palmela.

⁴Idem, Confidencial s/ref.º de 02/10/1934 enviada pelo Administrador do Concelho de Palmela para o Diretor da PVDE.

⁵Idem, Confidencial urgente n.º 898 de 09/10/1934 enviada pelo Subdiretor da PVDE para o Administrador do Concelho de Palmela.

⁶Idem, Confidencial s/ref.º de 12/10/1934 enviado pelo Administrador do Concelho de Palmela para o Diretor da PVDE.

⁷Arquivo Distrital de Vila Real, Paróquia de Covas do Douro, Livro de Registo de Batismos relativo aos anos de 1890-1901, fl. 92v, Registo de batismo de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho datado de 26/02/1901.

⁸Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 7456 da PVDE de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho.

⁹AHM, Tribunal Militar Especial Político, Cx. 17, Processo n.º 222/34, Confidencial urgente n.º 912 de 15/10/1934 enviada pelo Subdiretor da PVDE para o Comandante Distrital de Setúbal da PSP.

¹⁰Idem, Confidencial s/ref.º de 18/10/1934 enviada pelo Comandante Distrital de Setúbal da PSP para o Subdiretor da PVDE.

¹¹Idem, Confidencial urgente s/ref.º de 15/10/1934 enviada pelo Subdiretor da PVDE para o Administrador do Concelho de Palmela.

o “imperfeito conhecimento do mal do crime”³⁶, a sua pouca gravidade, a situação económica do arguido e a prisão preventiva sofrida desde 12 de outubro de 1934.

Para certificar a sua inocência, Arnaldo de Carvalho solicitou um atestado da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de S. Pedro de Palmela. De acordo com esta declaração, a Administração do Concelho de Palmela, até “à entrega duma participação do chefe de secretaria da Câmara Municipal desta vila, provocando a prisão do requerente, não teve na administração qualquer acusação ou queixa que denunciasses mau comportamento moral ou desrespeito pela situação governativa presente”. Mais importante, frisou que o executivo municipal palmelense anterior, liderado pelo tenente-aviador Diogo Rogério dos Reis Themudo, louvou o Arnaldo de Carvalho “pela sua conduta como funcionário e cidadão”³⁷. Ao ex-edil foi pedido que assinasse um documento onde confirmava que a participação que recebera do chefe de secretaria resultou de “desinteligências pessoais [que] teriam avolumado a importância dos factos”³⁸. Fê-lo, intercedendo em favor do réu. Uma importante componente da acusação ruía como um castelo de cartas.

Por estas razões, para o juiz do Tribunal Militar Especial “não se prova que o réu tivesse cometido o crime de que é acusado”³⁹. Todo este processo tinha a aparência de um *complot* contra o arguido, envolvendo vários funcionários do município de Palmela. Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho foi, assim, restituído à liberdade em 30 de março de 1935. Esteve preso na cadeia do Aljube desde 22 de novembro do ano anterior, 129 dias consecutivos.⁴⁰ Contou, também, com mais de um mês de prisão na 1.ª esquadra da PVDE, localizada na respetiva sede.

No mês seguinte ao julgamento, e apesar de Arnaldo de Carvalho ter sido absolvido pelo tribunal, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, por portaria de 9 de abril de 1935, exonerou formalmente vários antigos funcionários dos Caminhos de Ferro do

Estado, nomeadamente o ex-presos político.⁴¹ De acordo com a *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, mais de dez anos depois, o Governo ordenou a anulação da legislação em causa em virtude de Arnaldo de Carvalho (e dois outros indivíduos) estarem indevidamente abrangidos pelos fundamentos ali invocados.⁴²

A consulta e leitura da documentação existente relativa à prisão política deste funcionário da C.M. de Palmela dificulta a concretização de uma análise translúcida em torno do grau efetivo da sua atividade política antifascista. Várias perguntas ficam por responder. O que teriam a ganhar dois funcionários públicos de Cascais com esta prisão política? Será que se tratou de um *complot* de vários trabalhadores para o despedimento de alguém de quem não gostavam? Seria Arnaldo Kruger efetivamente comunista? A ida, em duas ocasiões, a Tribunal Militar Especial (pós-revolta de fevereiro de 1927 e pós-detenção política de 1934) pressupõem atos contrários à Ditadura Militar e ao Estado Novo?

O que é factual é que este homem cumpriu, como tantos outros, longos meses de prisão num cárcere do regime e que, certamente, a sua vida pessoal e profissional no concelho de Palmela não foi nada fácil. Antes e depois da detenção pela PVDE. Pouco mais se sabe sobre a biografia de Arnaldo de Carvalho, à exceção de que faleceu, em 15 de dezembro de 1949, na freguesia de S. Pedro da Vila (concelho de Vila Real). Tinha 49 anos.⁴³

Neste texto procurou-se recuperar a sua história como preso político num quadro de comemorações dos 50 anos da mais bela Revolução de Liberdade. *Para que a memória não esmoreça*.⁴⁴

Diogo Ferreira, historiador e Doutor
em História Contemporânea.
HTC-NOVA/FCSH e GABPHC/C.M. de Setúbal

²⁷*Ibidem*. Para ambas as citações deste parágrafo.

²⁸MARQUES, João Miguel Abreu, *Bicicletas e Nacionalismos: Um olhar histórico sobre a utilização do ciclismo na disseminação dos valores nacionalistas (1925-1941)*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Minho, Braga, 2021, p. 62. Nota: Permaneceu longos anos ao serviço como chefe de secretaria, estando eternizado na toponímia concelhia.

²⁹ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 1260 da Secção Política e Social da PVDE, NT 4309, Cópia do Relatório de 25/10/1934 do Chefe dos Serviços de Investigação da PVDE.

³⁰*Ibidem*. Para as duas últimas citações deste parágrafo.

³¹AHM, Tribunal Militar Especial Político, Cx. 17, Processo n.º 222/34, Auto de Investigações de 23/11/1934 do oficial investigador do Tribunal Militar Especial.

³²*Idem*, Auto de Investigações de 24/11/1934 do oficial investigador do Tribunal Militar Especial. Para ambas as citações desta frase.

³³*Idem*, Auto de Investigações de 26/11/1934 do oficial investigador do Tribunal Militar Especial.

³⁴Decreto-Lei n.º 23203 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 253 de 06/11/1933.

³⁵AHM, Tribunal Militar Especial Político, Cx. 17, Processo n.º 222/34, Atas das audiências do julgamento de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho de 09/02/1935, de 16/02/1935 e de 23/03/1935.

³⁶*Idem*, Requerimento de 16/02/1935 do advogado, capitão Correia dos Santos.

³⁷*Idem*, Atestado de 17/12/1934 da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de S. Pedro de Palmela, assinado pelo respetivo presidente, Manuel Machado de Oliveira, e pelos vogais, Cipriano Ferreira e Guilherme Cordeiro Condeixa. Para ambas as citações deste documento.

<

Anexos

Tabela I - Testemunhas apresentadas no processo

Nomes	Idade	Profissão
António de Oliveira Machado	49 anos	Fiscal na C.M. de Palmela
António dos Santos Martins	39 anos	Funcionário da C.M. de Cascais
Carlos Henrique da Graça	43 anos	Médico-Veterinário / Inspetor da Sanidade Pecuária na C.M. de Palmela
Carlos Martinho de Sousa	25 anos	Comerciante
Henrique Bernardino da Graça	37 anos	Chefe da Secretaria na C.M. de Palmela
Hinorino dos Santos Nunes Ferreira	34 anos	Aferidor na C.M. de Palmela
Humberto Augusto Coelho	19 anos	Ex-Contínuo na C.M. de Palmela
José Bernardo Gomes	31 anos	Contínuo na C.M. de Palmela
José Luís Camolas	37 anos	Fiscal na C.M. de Palmela
Mário Augusto dos Santos	29 anos	Chefe da Secção Administrativa na C.M. de Palmela
Mário Rodrigues de Oliveira	23 anos	Amanuense na C.M. de Palmela
Narciso António de Oliveira	31 anos	Funcionário da C.M. de Cascais
Venceslau Batista Pacheco	39 anos	Motorista

Fonte: Baseado no conjunto de autos de declarações enviados pelo administrador do concelho de Palmela e efetuados pelo oficial inspetor do Tribunal Militar Especial.

Tabela II - Presidentes das Comissões Administrativas da C.M. de Palmela (1933-1936)

Nomes	Tempo de Administração
Diogo Rogério dos Reis Themudo	1933-1934
Francisco Carvalho de Oliveira e Silva	1934-1936

Fonte: PRATA, Cristina, “Joaquim José de Carvalho (1895-1975) na História do Concelho de Palmela” in +Museu – Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela, n.º 12, C.M. de Palmela, 2009, p. 6.

Tabela III - Cronologia temporal de apoio

Data	Acontecimento/Facto
7 de fevereiro de 1927	Alegada participação de Arnaldo de Carvalho na revolta contra a Ditadura Militar, em Peso da Régua.
1927-1928	Prisão política na Penitenciária de Lisboa e despedimento dos Caminhos de Ferro do Estado.
31 de julho de 1933	Ingresso de Arnaldo de Carvalho na C.M. de Palmela.
Finais de 1933	Visita dos funcionários da C.M. de Cascais a Palmela.
2.ª quinzena de setembro de 1934	Denúncia anónima dirigida à PVDE em torno do comportamento político de Arnaldo de Carvalho.
12 de outubro de 1934	Prisão de Arnaldo de Carvalho, em Palmela, e entrega na sede da PVDE.
22 e 23 de outubro de 1934	12 testemunhas prestam declarações contra Arnaldo de Carvalho na Administração do Concelho de Palmela.
23 de outubro de 1934	Interrogatório da PVDE a Arnaldo de Carvalho, que nega as acusações.
25 de outubro de 1934	Relatório final do chefe dos Serviços de Investigação da PVDE, considerando que o preso político deveria ir a julgamento no Tribunal Militar Especial.
22 de novembro de 1934	Entrada na cadeia do Aljube.
23 a 26 de novembro de 1934	O oficial investigador do Tribunal Militar Especial entrevista separadamente todas as testemunhas anteriores e convoca duas adicionais (funcionários da C.M. de Cascais).
9 e 16 de fevereiro de 1935	Audiências do julgamento no Tribunal Militar Especial.
23 de março de 1935	Absolvição no Tribunal Militar Especial.
30 de março de 1935	Retorno à liberdade, saindo da cadeia do Aljube.

Bibliografia e Webgrafia

CABRITA, José António, *A PIDE em Pinhal Novo – Para que a memória não esmoreça*, C.M. de Palmela, 2017.
FERREIRA, Diogo, *O 17 de fevereiro de 1934 – O assassinato do operário setubalense Fernando Pedro Gil*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2024.
MARQUES, João Miguel Abreu, *Bicicletas e Nacionalismos: Um olhar histórico sobre a utilização do ciclismo na disseminação dos valores nacionalistas (1925-1941)*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Minho, Braga, 2021.
PRATA, Cristina, “Joaquim José de Carvalho (1895-1975) na História do Concelho de Palmela” in +Museu – Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela, n.º 12, C.M. de Palmela, 2009.
<https://maltez.info/respublica/portugalpolitico/acomecimentos/1932.htm>

Em destaque...

AS DINÂMICAS CULTURAIS DE “ABRIL” EM PALMELA: O IMPULSO DO PRAC - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E ANIMAÇÃO DO CASTELO

Quando se comemoram os 50 anos do 25 de Abril, é importante lembrar o impacto da nova era democrática na área da cultura, com tantas e variadas expressões de iniciativa autárquica. Palmela é um bom exemplo disso: uma década depois da mudança de regime, firmava-se uma nova dinâmica neste domínio, com particular incidência no Castelo.

O abandono a que o Castelo de Palmela esteve sujeito no séc. XIX e nas primeiras décadas do XX, foi parcialmente revertido por ação da DGEMN (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), organismo do Estado Novo que reabilitou vários monumentos, seguindo prioritariamente os propósitos comemorativos da fundação da nacionalidade, da restauração da independência e, mais tarde, dos descobrimentos portugueses. O Castelo de Palmela foi o primeiro do país a ser intervencionado pela DGEMN (a partir de 1933), que procedeu a restauros nas muralhas, na Igreja de Santiago, na Casa Hermenegildo Capelo, mas também a demolições muito questionáveis. Os critérios de restauro, que então norteavam a acção deste organismo, convergiam para a devolução do carácter medieval aos monumentos, o que se ajustava bem aos objectivos histórico-nacionalistas do regime.

Em 1976, abre-se o concurso público para a empreitada de conversão do último convento da Ordem de Santiago em pousada de turismo. As obras decorriam quando se deu a revolução de Abril e prolongaram-se até 1979, ano da inauguração da unidade hoteleira.

Entretanto, o poder local democrático foi-se firmando e as autarquias e populações de Palmela começaram a olhar o “seu” castelo com atenção, ganhando consciência do valor intrínseco do monumento.

Para nos ajudar a perceber o que se passou então, quais foram os antecedentes do PRAC, as suas virtualidades, o caminho feito e o que ficou por fazer, questionámos **Paulo Pacheco**, um dos actores do dinamismo cultural autárquico em Palmela, nos anos 80-90 do séc. XX:

«O Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela (PRAC) surgiu da convergência de três processos: a política cultural definida pelo Município de Palmela em meados dos anos oitenta do século passado, tendo como referência o estudo, a valorização e divulgação da história das ordens militares, em particular da Ordem de Santiago, e que desde o início teve o castelo como objeto de estudo e equipamento cultural privilegiado; o movimento «O Castelo é nosso!», reação das autarquias, associações e população de Palmela à tentativa de a ENATUR, entidade gestora da pousada, se apropriar para uso privado de outros espaços do castelo; rechaçada a intenção da ENATUR, houve necessidade de rever o conteúdo do auto de cessão do castelo, concedido pela Direção-Geral do Património do Estado (enquanto proprietária do monumento), implicando a redefinição da funcionalidade e do uso de todos os espaços do castelo, o que foi feito tendo como referência os pressupostos e as ideias posteriormente transpostos para o PRAC; e, finalmente, a possibilidade de obter financiamento da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (OID/PS), iniciativa do governo da altura, em articulação com as autarquias locais, destinado a revitalizar os territórios da Península de Setúbal, que haviam sido afetados por uma gravíssima crise económica e social ocorrida no início da década de 1980; o financiamento obtido foi modesto, mas permitiu financiar a elaboração do projeto de execução do PRAC e a primeira empreitada de reabilitação promovida, que abrangia a área da Praça de Armas, o que constituiu um importante impulso para o projeto.

Houve assim uma convergência de fenómenos, vontades e circunstâncias que geraram a necessidade de dispor de um plano para o castelo, devidamente articulado com as políticas culturais do município, que preservasse o uso público do monumento e as suas consequentes reabilitação e valorização cultural e turística (Fig. 1 e 2).



Fig. 1 – Imagem de capa do PRAC.



Fig. 2 – Desdobrável de divulgação do PRAC (1999).

Em destaque...

Do programa funcional aprovado destaca-se o projeto de Musealização (pela sua relevância cultural e extensão de áreas ocupadas) e o denominado Espaço Histórico Infantil (pela sua originalidade). A musealização constituiu o mais ambicioso projeto contido no PRAC, abrangendo a quase totalidade dos espaços cobertos, que deveriam acolher uma exposição permanente, que se pretendia possibilitar três níveis de leitura e outros tantos circuitos, por vezes sobrepostos e entrelaçados: a história do monumento, a história do concelho de Palmela e a história de Portugal. A sua concretização plena teria garantido ao monumento uma oferta cultural única, empolgante e complexa, destinada a públicos com motivações e interesses distintos, e, esperava-se, contribuiria, pela sua capacidade atrativa, para a sustentabilidade dos restantes projetos, atenuando a sazonalidade da frequência do monumento. O parque histórico infantil constituía uma proposta única a nível nacional, o que facilitaria a divulgação e promoção do castelo, e pretendia-se que fosse o protótipo de projetos permanentes de animação do castelo, tornando o monumento num equipamento cultural de exceção, com fortíssima atratividade.

Infelizmente não foi possível até à data – e apesar do muito que já foi executado – concretizar estes dois projetos: a musealização teve uma concretização parcial (distante dos propósitos iniciais), o parque histórico infantil não teve qualquer desenvolvimento. Mas ambos mantêm a atualidade, pertinência e originalidade iniciais, devendo constituir um importante fator de motivação para dar continuidade a um projeto que se sabia ser de longa duração. Intervenções desta amplitude, em monumentos históricos de valor patrimonial relevante, são complexas, demoradas, e exigem meios financeiros substanciais, muito acima da disponibilidade de uma autarquia local, que desde o início teve pouquíssimos apoios externos para concretizar o PRAC.»

Apesar das insuficiências referidas, é inegável a relevância absolutamente excecional do PRAC para o estudo e a reabilitação do monumento (numa extensão

e qualidades sem paralelo) e a sua conversão num dos mais importantes e dinâmicos equipamentos culturais do município.

Paulo Pacheco refere-se às linhas gerais dos processos que conduziram ao PRAC, e talvez convenha especificar algumas iniciativas de impacto, desenvolvidas no castelo a partir de 1984, há exactamente 40 anos: a exposição de *Armaria Antiga*, no âmbito das comemorações do 8.º Centenário do Foral de Palmela (1984-85); o projecto de *História ao Vivo – A profissão de um cavaleiro da Ordem de Santiago* (1989) (Fig. 3); o *I Encontro sobre Ordens Militares* (1989); a exposição *O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela* (1990) (Fig. 4). O castelo passou também a ser palco de espectáculos musicais e exposições de arte contemporânea, espoletando a sua vocação de pólo atractivo permanente.

O depoimento que o arquitecto **Sérgio Infante**, coordenador da equipa projectista do PRAC, gentilmente aceitou transmitir-nos para este artigo, é por demais elucidativo quanto à forma como se desenvolveu o programa, revelando questões metodológicas da intervenção e aspectos da conservação integrada, que ele próprio designou como *a ética e a técnica na recuperação do património arquitectónico*:

«A Câmara Municipal de Palmela inscreveu a animação e a reabilitação do castelo como uma das suas prioridades, desenvolvendo um programa de intenções. Para aprofundar e concretizar esse programa confiou-nos a coordenação, a execução dos projectos e o acompanhamento das obras.

A equipa integrou, desde início, arquitectos para os levantamentos, diagnósticos e projectos, arqueólogos para as escavações e sondagens, engenheiros para as infra-estruturas e estabilidade, economistas e museólogos para o dossier de enquadramento económico, social, jurídico e turístico.

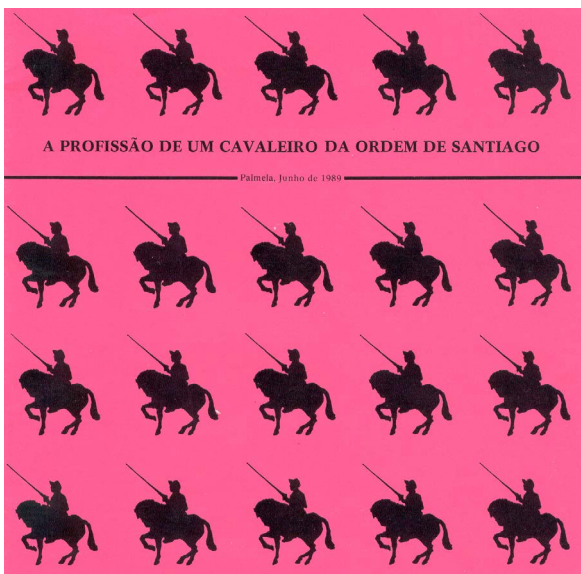


Fig. 3 – Capa do guião do projeto de *História ao Vivo – A profissão de um cavaleiro da Ordem de Santiago* (1989).

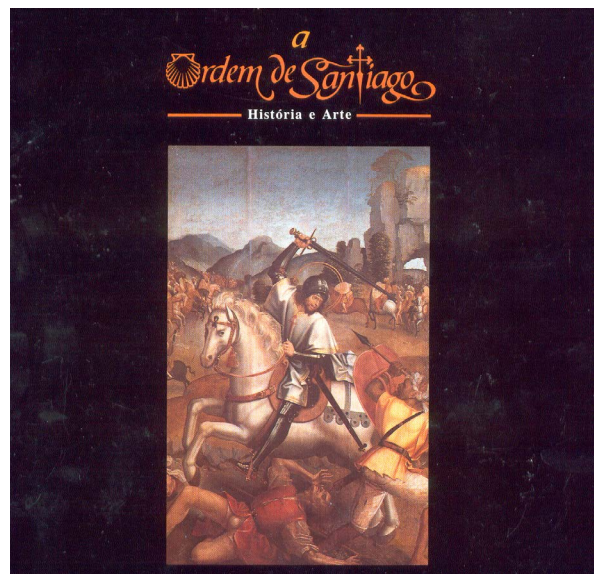


Fig. 4 – Capa do catálogo da exposição *O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela* (1990).

Em destaque...

A estratégia de associar imediatamente a reabilitação de diferentes espaços a diferentes actividades culturais, comerciais e turísticas – que se foram ponderando tendo sempre em conta a capacidade de encaixe desses espaços existentes, revitalizando-os sem recorrer a novas construções –, baseou-se na convicção de que a melhor maneira de conservar um monumento é encontrar-lhe um conjunto coerente de actividades sustentáveis, que pela sua escala o respeitem, e que permitam interromper o processo de degradação que o monumento conheceu.

As potencialidades de uso ficaram definidas num Estudo de Aproveitamento Turístico e Museológico, que foi informando as várias fases do desenvolvimento do projecto, em paralelo com o Estudo Histórico-Arqueológico, que por sua vez permitiu que o projecto incluísse, desde o início, o respeito pelo enquadramento histórico do monumento como uma das suas principais exigências.

A dispersão e a insuficiência de informação, relativas ao passado do conjunto arquitectónico do Castelo, levaram-nos a pôr em acção uma metodologia de análise que comporta duas operacionalidades: a análise directa – escavações arqueológicas e sondagens (Fig. 5), necessariamente feitas no local, no próprio monumento –, e a análise indirecta, através de dados que se obtêm fora do local, procedendo a pesquisas bibliográficas e iconográficas em arquivos e bibliotecas.

Numa metodologia que promove a compreensão global do Monumento, a definição e datação dos seus estádios sucessivos numa perspectiva de continuidade histórica e o recurso ao desenho assistido por computador revelaram-se muito eficazes. No início da década de 1990, não era muito frequente o uso, pelos arquitectos, do desenho assistido por computador. E menos ainda em projectos de recuperação. O CAD era ainda muito rígido, pouco adaptado a conseguir registar convenientemente as complexidades geométricas e a pouca ortogonalidade das edificações antigas. Precisámos de uma estação gráfica HP – enorme para os padrões actuais – e um programa Star, correndo em Unix. O Auto Cad em Windows não aguentava na altura tanta irregularidade das edificações e ainda menos conseguia eficazmente os registos tridimensionais interiores e exteriores em que queríamos trabalhar desde início, e não como apresentação final. Mas a ferramenta digital revelar-se-ia metodologicamente fundamental ao permitir ir cruzando e actualizando o projecto com a informação escrita, com o levantamento arquitectónico planimétrico e tridimensional, e com as escavações e sondagens.

Organizaram-se os dados obtidos de forma a enquadrar o que já se conhecia da história geral do conjunto monumental, com os novos dados. Fomos desenvolvendo o projecto de arquitectura procurando dar a ver testemunhos relativos ao desenvolvimento físico do Castelo, isto é, aos registos da evolução da sua organização espacial e funcional, e às vicissitudes que, ao longo dos séculos, quer pela intervenção humana, quer pelos elementos naturais, marcaram a sua fisionomia.



Fig. 5 – Sala 5 da Praça de Armas: estruturas arqueológicas após escavação no âmbito do PRAC (Foto I. C. F.).

Em destaque...

O primeiro passo para a conservação e restauro é estar bem informado acerca do edifício nas suas componentes culturais e construtivas, combinando a análise arqueológica, histórica e iconográfica com o levantamento arquitectónico e a identificação das patologias. A estreita relação que se manteve entre o projecto de recuperação arquitectónica e a investigação histórica-arqueológica, complementada com o Estudo de Aproveitamento Turístico e Museológico, permitiu-nos desenvolver uma metodologia de conservação integrada (Fig. 6 a 13).

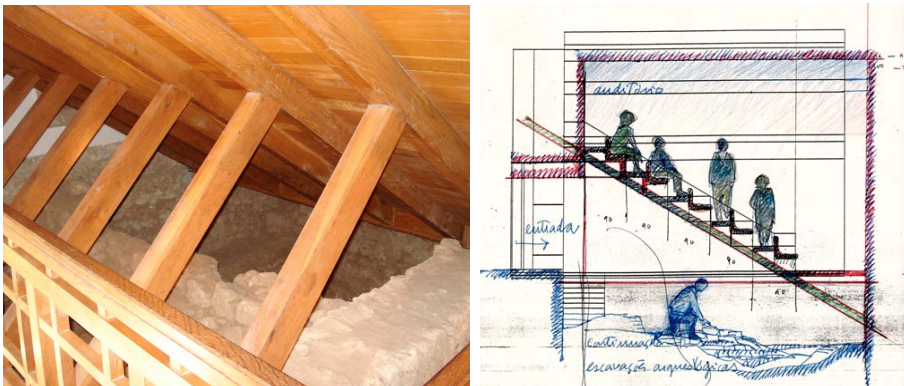


Fig. 6 e 7 – Foi preocupação constante a compatibilização dos trabalhos arqueológicos com o desenvolvimento do projecto e da obra. As estruturas de madeira são elementos que se inserem sem destruição de substância física e são reversíveis (Desenho e foto S. I.).



Fig. 8 e 9 – Antiga sacristia, reabilitada para Centro de Estudos da Ordem de Santiago. Os arranques ainda existentes de nervuras de abóbadas foram mantidos e apoiam com credibilidade uma simulação, num novo material, duma cobertura que protege a entrada do antigo espaço, reabilitado para nova função (Fotos S. I.).



Fig. 10 e 11 – Estudo da geometria da abóbada a partir dos apoios ainda detectáveis. A substância física original mantém-se e a nova cobertura materializa a sugestão dum espaço anteriormente coberto (Esquema e foto S. I.).

Em destaque...



Fig. 12 e 13 – O apoio em falta foi livremente assumido como elemento escultórico antropomórfico, sugerindo um monge guerreiro da Ordem de Santiago, associando à peça, necessária como elemento estrutural, uma carga simbólica relacionada com a nova função do espaço reabilitado (Desenho e foto S. I.).

Mais do que decisões avulsas e que promovem muitas vezes intervenções baseadas numa suposta criatividade e modernidade gratuitas, o património arquitectónico beneficia com intervenções que respeitem primordialmente a sua especificidade e que tenham continuidade no tempo.

O acervo documental, fruto dum trabalho *in loco* e bibliográfico, que foi recolhido para orientar adequadamente uma intervenção, não deveria ser esquecido e abandonado numa gaveta, mas antes continuar a ser utilizado e acrescentado numa desejável permanência de critérios e filosofia de projecto, a serem promovidos nas sucessivas e necessárias intervenções futuras.

Para além de novas necessidades funcionais e programáticas que se venham a decidir, o restauro dos restauros já efectuados, e já necessários, pelo tempo que entretanto foi passando, é uma necessidade óbvia para a manutenção do património em bom estado de conservação.

Defendemos que seria bom para o monumento a existência de como que um “Médico de Família” (neste caso uma Equipa) que conheça bem o monumento e que, ao longo da sua vida, lhe dê continuidade de tratamento.

Na maior parte dos casos o monumento não precisa de grandes e espectaculares gestos arquitectónicos, mas sim de delicadeza e continuidade nas acções de conservação e restauro.

Muitas vezes, nas nossas lides académicas demos como exemplo, aos jovens futuros arquitectos, o PRAC como boa prática de intervenção no património, com a sua realização multidisciplinar.

Foi para nós um gosto este projecto e guardamos as melhores recordações deste trabalho em equipa.»

O impacto do PRAC foi intenso e ultrapassou as portas do castelo. No seio de uma nova visão para o Centro Histórico de Palmela, constituiu motivação para um notável conjunto de iniciativas com reflexos até hoje. O arquitecto **Jorge Martinho** deu-nos alguns indicadores que nos permitem avaliar a dimensão desse impacto:

«Decorrente do PRAC, através do qual se procurou proporcionar alguma oferta diferenciada aos inúmeros visitantes ao Castelo, para além do simples percurso, impunha-se aproveitar esse potencial de pessoas para que, em paralelo com medidas que potenciasssem a sua reabilitação, houvesse uma nova dinâmica no Centro Histórico, quer através da oferta de novos serviços e equipamentos, quer através da atracção de novos moradores, sem descurar a população residente, muito envelhecida.

É então criado o Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Palmela (1998), que tem como objectivo dinamizar e promover a sua revitalização. Assim, e para além da dinamização cultural, após o levantamento do património edificado e a caracterização socioeconómica, definiram-se as seguintes acções estratégicas:

Incentivos à Recuperação de Imóveis: Isenção das taxas urbanísticas; Minoração do IMI, com majoração para os edifícios devolutos; Distribuição gratuita de tinta branca e rolos-pincéis para pintura dos imóveis; Apoio financeiro directo aos moradores, a fundo perdido, através do programa municipal FIMOC, para obras de recuperação, melhoria das condições de habitabilidade e energéticas, que poderiam ir até os 7.500,00 €; Apoio no desenvolvimento dos projectos de recuperação, tendo o Gabinete como elemento facilitador junto das entidades da Administração Central; Instituição de um prémio bienal para o melhor projecto de recuperação.

Em destaque...

Apoios à Comunidade: Serviço de transporte gratuito através de um mini-bus com circuito permanente ao longo do Centro Histórico e para todos os locais com equipamentos e/ou serviços; Serviço de rede Wireless gratuito; Serviço gratuito por cabo dos 4 canais nacionais de TV, através de protocolo com uma operadora, com remoção das antenas tradicionais; Redução de 50% na taxa a aplicar na instalação de esplanadas de apoio aos estabelecimentos de restauração e bebidas; Incentivo ao turismo, quer através de ‘tascas’ com promoção dos produtos locais (queijo, pão e vinho) quer com a criação de alojamentos turísticos (alojamento local e turismo de habitação); Implementação do Estudo de Sinalização e Trânsito, para disciplinar o trânsito, a velocidade e o estacionamento automóvel, dando prioridade aos peões.

Subsequentemente a estas medidas, outras se seguiram através de um novo programa de acção, na continuidade e co-financiado pelo QREN (Fig. 14).»



Fig. 14 – Página da brochura de divulgação do Plano de Acção para a Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela (2011).

A execução do PRAC teve os seus momentos altos na última década do século XX e até ao presente foram vários os objectivos cumpridos: actuou-se no processo de degradação física do monumento; reabilitaram-se espaços que promovem a sua história e as suas características arquitectónicas e artísticas; tornou-se um foco de captação de actividade cultural e um produto turístico de crescente consumo; recebeu a instalação de um posto de turismo e de microunidades comerciais e de restauração (Fig. 15); foi palco de animações diversas (Fig. 16) e de acções pedagógico-didáticas pelo Serviço Educativo do Museu Municipal; continuou a ser objecto de estudos históricos e arqueológicos; promoveu a marca de Palmela como antiga sede da Ordem de Santiago e centro de investigação sobre Ordens Militares, nomeadamente com a criação do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago – GEOS, instalado na sacristia da Igreja de Santa Maria. A concretização no domínio dos museus foi mais tímida, como Paulo Pacheco já frisou, tanto ao nível da exposição permanente como da temporária: instalaram-se pequenos núcleos arqueológicos (Fig. 17) (que infelizmente têm registado problemas estruturais persistentes), um espaço dedicado às transmissões militares (Fig. 18 e 19) e um núcleo de reserva de esculturas de Santiago.



Fig. 15 – Praça de Armas, onde se encontram instalados os núcleos arqueológicos, o posto de turismo e pequenas lojas de artesanato (Foto I. C. F.).

IX ENCONTRO SOBRE ORDENS MILITARES – um balanço

Os Encontros de Palmela baseiam-se em dois pilares: a pesquisa internacional sobre ordens militares e a comunidade científica portuguesa. Essas duas essências do congresso cruzam os seus caminhos, influenciam-se mutuamente e conduzem, no final, a resultados convergentes. Por um lado, os Encontros são hoje uma das maiores reuniões de historiadores portugueses; por outro, neles participa também um importante número de historiadores de outros países e muitos assuntos relevantes para a história das ordens militares aí têm sido discutidos, explanados e esclarecidos.

O IX Encontro sobre Ordens Militares (Palmela, 24 a 29 de outubro de 2023) não foi exceção neste ponto de vista. Entre as mais de 70 comunicações apresentadas, 32 tiveram como objectivo o território e a história de Portugal, mas a estas somam-se 16 comunicações referentes a várias regiões de Espanha, 5 sobre as Ilhas Britânicas, 4 sobre a Terra Santa, 3 focadas na França e uma longa série de outras incluiu regiões como a Alemanha e a Europa Central, a Hungria, a Itália, a Moreia (Grécia), a Prússia e a Livónia, Rodes e a Escandinávia.

Esta mistura de tópicos internacionais e ibero-portugueses traz-nos ao pensamento o professor José Mattoso (1933-2023), um dos pais da historiografia portuguesa, criador de ideias, conceitos e conteúdos, e que permanece a referência principal para académicos internacionais sobre a história deste país. E ele teve uma relação próxima com o congresso de Palmela. O Professor Mattoso foi recordado na sessão de abertura com uma série de citações do seu trabalho, escolhidas por colegas e amigos.

O Encontro foi estruturado em 8 sessões temáticas e uma mesa-redonda, uma série de apresentações de livros e outros eventos. Em resumo, trataram-se temas como as Redes ("Famílias, Linhagens, Redes e Ordens Militares"), os Arquivos (mesa-redonda sobre "Arquivos e Ordens Militares, um Olhar Internacional"), as Estruturas ("A Estrutura das Ordens Militares: Geografia e Administração"), o Outro ("As Ordens Militares face a uma Diversidade de Outros"), Antagonismos e Alianças ("Antagonismos, Violência e Aliança nas Ordens Militares"), Ordens de Cavalaria (a sessão sobre a Época Moderna, intitulada "Ordens de Cavalaria e Ordens Militares"), a Mulher ("As Mulheres e as Ordens Militares"), os Poderes Externos ("Ordens Militares e Poderes") e Arte e Arqueologia (sessão paralela: "Ordens Militares, Arte, Arqueologia e Cultura").

O elemento comum de todas essas sessões encontra-se no título do Encontro: "Ordens Militares. Do Convento e da Guerra para o Mundo". Isto significa ampliar os estudos e considerar as Ordens Militares como parte do quadro da sociedade medieval e moderna.

Na verdade, ao contrário do que aconteceu no passado, hoje os estudiosos deste tema não se consideram exclusivamente especialistas das Ordens Militares, mas sim como historiadores *tout court*. Há boas razões para isso, a começar pela observação de que os arquivos das ordens contêm uma quantidade relevante de fontes sobre questões gerais da história económica, política e social. Foram o tema da mesa redonda, focada nesses arquivos e nas suas fontes como ferramentas que ajudam a academia internacional a trabalhar em conjunto e a colaborar. A questão foi também observar as principais alterações nos arquivos das ordens militares nos últimos anos, o estado da digitalização e catalogação das fontes e a respetiva acessibilidade. Foram também examinados alguns casos de arquivos regionais. Uma das considerações finais desta discussão foi que a digitalização dos arquivos

ainda está retardada, mas também se reconheceu que, paradoxalmente, o progresso tecnológico nunca substituirá o trabalho do historiador que vai pessoalmente ao arquivo consultar as fontes.

Voltando ao título do Encontro, o que entendemos por "Mundo"? Poderia ser representado, por exemplo, pelas redes aristocráticas às quais pertenciam as ordens militares. Os freires das ordens normalmente não nasciam em famílias da mais alta nobreza - pelo menos até ao século XIV - mas representavam uma "força de atracção" (Vasconcelos e Sousa) para todas as camadas sociais, incluindo as do topo da sociedade. Foram observados muitos casos regionais de ligações entre as ordens e a aristocracia, de Portugal à Moreia e a Jerusalém, incluindo o emblemático caso de Champagne (Baudin). As ordens militares poderiam representar uma espécie de "clubes de golfe" onde se reuniam os ricos e poderosos (Virtuani). A sua colaboração com a aristocracia poderia basear-se em origens familiares comuns (Guizard-Ortega), no apego tradicional a uma ordem específica (Carras), na hospitalidade ou noutros factores. Em alguns casos, a genealogia exacta dos freires, explicando as suas relações sociais, pode ser reconstruída (Josserand). Havia ainda uma série de leigos não nobres ao serviço das ordens (Oliveira), que com elas podiam ter uma ligação espiritual mas, também, serem simples empregados e arrendatários, substituindo por vezes os próprios freires (Bernard). Esses vínculos e essas colaborações poderiam ultrapassar as fronteiras da religião ou da pertença étnica, facto que nos remete para a necessidade de "descolonizar" as ordens militares (Rouxpetel).

Este "Mundo" teve a sua geografia e (segundo sempre Rouxpetel), também é útil para "desorientar" as ordens e observar de forma mais ampla o seu património e a sua administração. O território é a segunda questão importante - depois dos arquivos - que abre as portas à história das ordens militares. Houve regiões onde estiveram menos presentes, mas deixaram testemunhos importantes, como o Sacro Império (Borchardt) ou a Hungria (Hunyadi), outras onde tiveram um peso decisivo, como Portugal (Gomes; Sá-Sousa) ou a actual Espanha (Bouzon Custodio, Plaza Arqué), e alguns territórios foram até dominados por elas, como a Prússia e parcialmente também a Livónia (Czaja e Kwiatkowski). As várias ordens tinham estruturas e processos administrativos diferentes (Nicholson), mas todas construíram uma rede logística destinada a apoiar a luta no Oriente Latino (Morton) ou na Península Ibérica.

"Descolonizar" as ordens militares significa também observar as suas relações com os muçulmanos, "pagãos", judeus convertidos e todos os outros, numa perspectiva transcultural. Por via da sua actividade, as ordens eram um fenómeno típico da "fronteira" (H. Fernandes), actuando em alguns contextos multiculturais, tanto no Oriente (Bronstein) como no Ocidente, mas seria um erro não ter em consideração as evoluções históricas das minorias em contacto com elas (Almagro Vidal). Havia regulamentos que estipulavam as relações com o "espaço externo" (Pinto Costa), incluindo os judeus e os "cristãos novos" (Tavares) e a cristianização não implicava assimilação (Sarnowsky).

As ordens militares foram um elemento de apoio à diversidade no



Evocação do Professor José Mattoso no IX Encontro sobre Ordens Militares



Sessão de trabalhos do IX Encontro, no Cine-Teatro S. João

tema muito complexo. Havia três categorias principais de mulheres relacionadas com essas instituições, as “feminae”, as damas e as sorores (Cerrini). O Encontro tratou sobretudo do terceiro caso, o das irmãs plenas ou leigas das ordens militares em Castela (Barquero Goñi; Ferrer-Vidal), Aragão (Bonet Donato), Portugal (Mata) entre a Idade Média e a Idade Moderna, tendo em consideração também algumas comunidades femininas externas ou grupos relacionados ou incorporados nas ordens (Rodríguez Romero; Torres Jiménez).

Das questões tratadas, uma das mais inovadora foi a da inimizade para com os de outra fé, mas também para com os irmãos cristãos (Jaspert). Apresentaram-se também uma série de estudos de casos sobre o fenómeno oposto: o da colaboração (Schenk) e reconciliação (Claverie) entre as ordens militares. Estas, como por exemplo os Hospitalários tardo-medievais, poderiam ser beneficiárias de violência e de actos criminosos (Herberich), poderiam estar fortemente implicadas em conflitos locais (Villads Jensen) e servir os poderes laicos na defesa dos seus interesses, território e fronteiras (Martins Costa), ou escolherem criteriosamente os elementos de comando no seu seio (Gomes Martins). Utilizavam forças locais para as suas actividades bélicas (Afonso), mas tinham uma identidade própria baseada em símbolos, como os da sua exibição marcial (Kieslinger), e na narração ideológica do passado das ordens (Neto).

Esses temas têm muito a ver com o das relações entre as ordens militares e os poderes laicos ou eclesiásticos, a começar por algumas novas considerações sobre o crucial Julgamento do Templo (Demurger). Havia relações com famílias locais poderosas (Nobre), com as redes aristocráticas (Pavon), com as cidades (Silveira) – por vezes fundadas pelas próprias ordens (Vargas) – ou com a sociedade local em geral (Fontes). As ordens poderiam ser também actores da política dos reinos, acabando por ser condicionadas pela acção dos reis (Kennedy; Pimenta). Por fim, a formação dos arquivos das ordens militares, na sua forma actual, terá sido o resultado das suas relações com os poderes públicos (Lencart).

A relação com a monarquia é um elemento essencial no tratamento da questão das ordens de cavalaria da Era Moderna como a Ordem do Tosão de Ouro (Postigo Castellanos) ou a da Jarreteira (Yrizar), e também das ordens militares de origem mais antiga que se transformaram nestes tempos em instrumentos ao serviço dos soberanos ibéricos (Olival e Giménez Carillo; Andrés Robres; Fernández Izquierdo).

Vários oradores abordaram a questão da imagem pública das ordens militares, especialmente do ponto de vista da arte e da arqueologia. Houve um interesse particular, desta vez, pelos monumentos sepulcrais (Cunha; Seixas; Balona; Carvalho e Wasterlain; Barroca, Fernandes e Balona), pelos castelos (Falcão; Jana; Fuguet Sans), pelos conventos, igrejas e arquitectura em geral (Silva e Grilo; Mercuri; Batista Pereira; Gallego), pela devoção e pelos cultos (Ventura; Mendes; Lopes Pereira), pelos objectos litúrgicos (López de Mota), pelas iluminuras de manuscritos como o *Livro dos Copos* (Miranda e Custódio), pelos selos (Molero García) e por artistas como Jerónimo Corte-Real (Serrão).

Além de oferecer exemplos concretos, resultados e conclusões de pesquisa, o IX Encontro foi também um laboratório de ideias, sugestões e hipóteses. Resumindo, foi sugerido descolonizar e desorientalizar a história das ordens militares, considerando-as como um fenómeno histórico que fazia parte da sociedade. As ordens e os seus membros pertenciam a uma rede mais ampla de instituições e pessoas. Dentro desta rede existiam relações horizontais e verticais. Horizontalmente, os freires actuavam como membros da aristocracia, com notável

força de atracção. Existiam mecanismos que permitiam a colaboração com as camadas sociais dominantes e os pontos de encontro com homens e mulheres poderosos. Verticalmente, por um lado, as ordens tinham sob seu poder uma série de pessoas que delas dependiam ou que para elas trabalhavam. Por outro lado, entraram no quadro das instituições ao serviço das monarquias ocidentais.

As relações dos freires com os *outros* e a questão da alteridade ainda aguardam uma análise mais profunda, mas muitos dados novos foram trazidos sobre a coexistência e colaboração com muçulmanos, judeus, “cristãos-novos” e “pagãos”. As ordens militares foram mais tolerantes do que as outras congregações religiosas? A resposta só poderá ser dada se considerarmos a tolerância medieval (e em parte também da Era Moderna) como um fenómeno pragmático, em que as ordens adquiriram experiência de lidar com essas “minorias” que poderiam, em algumas áreas, representar a maioria da população. Tolerar não implica admirar ou mesmo respeitar o *outro*, mas reconhecer a realidade fundamental. Este pragmatismo das ordens militares foi sublinhado em várias comunicações. Percebe-se quando as ordens colaboraram com as minorias, quando aceitaram mulheres como membros ou quando se relacionaram com poderes externos. Uma das questões tratadas durante o Encontro foi a da influência e regulação das ordens pelo mundo exterior, ligada ao fenómeno oposto de regulação do espaço e da vida fora dos conventos. De facto, foi atribuído um papel importante à acção de integração, administração e reorganização dos espaços externos. Não existia um cenário ou modo de proceder único, mas o que era comum à maior parte das ordens militares era o seu carácter transnacional, com todas as vantagens e desvantagens que isso implicava.

Como o comprovam as comunicações apresentadas durante o Encontro, a história das ordens militares está repleta de paradoxos. Uma delas pode ser vista, por exemplo, na sua atitude entre a guerra e a paz, antagonismo-inimizade e colaboração. Os freires consideravam-se os novos Macabeus, mas, ao mesmo tempo, eram diplomatas e pacificadores. Os outros paradoxos encontram-se entre o individualismo dos freires e o espírito comunitário dentro das ordens, a sua pertença à aristocracia e a sua submissão à disciplina monástica, o contraste entre a misoginia das suas regras e dos seus estatutos e a verdadeira relação com as mulheres, o seu estatuto transnacional e a dependência efectiva dos governantes ocidentais...

Para concluir, este Encontro foi um sucesso, ilustrando a quase totalidade dos temas, das questões e das circunstâncias da acção das ordens militares fora dos seus conventos. Muitos novos dados e ideias foram apresentados. O que podemos resumir é que as ordens militares não foram criadas para permanecerem fechadas nos conventos e tinham missões específicas no mundo exterior. Do ponto de vista teológico, deviam trazer luz ao mundo. E estou convencido de que o IX Encontro de Palmela trouxe luz à sua história.

Kristjan Toomaspoeg

Professor na Università del Salento - Itália

Notas da organização do Encontro

O IX Encontro sobre Ordens Militares contou com várias atividades complementares. Para além da evocação do Professor Mattoso, no final das sessões diárias, tiveram lugar dois momentos musicais, um deles por músicos da Orquestra Nova de Guitarras, o outro de evocação dos 50 anos do 25 de Abril, por Francisco Fanhais e Francisco Fernandes. Destacamos ainda a apresentação de dois livros editados em França, sobre templários (vários autores) e o seu último grão-mestre, Jacques de Molay (autoria de Philippe Josserand), e o lançamento da 2.ª edição da obra «A Guerra Cristã na Formação de Portugal - 1128-1249» (autoria de Carlos Afonso).

No último dia, realizou-se uma visita de estudo ao Mosteiro de Leça do Balio (Matosinhos), orientada pelas professoras Lúcia Rosas e Paula Pinto Costa.

Este Encontro teve o Alto Patrocínio de S. Ex.^a o Presidente da República e, neste âmbito, realizou-se um jantar destinado a conferencistas, na Pousada de Palmela, que foi precedido por um concerto de guitarra portuguesa, na Igreja de Santiago, pelo jovem e talentoso guitarrista João Vaz. O evento beneficiou também do apoio do Instituto de Estudos Medievais – FCSH – Universidade Nova de Lisboa, do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – Universidade de Évora e de várias adegas da região de Palmela: Casa Ermelinda Freitas; Quinta do Piloto; Adega de Palmela; ASL.Tomé; Adega Camolas; Fernão Pó Adega.



Conferencistas do IX Encontro sobre Ordens Militares, provenientes de vários países europeus



Concerto pelo jovem guitarrista João Vaz, na Igreja de Santiago, no âmbito do patrocínio da Presidência da República ao IX Encontro



Sessão de trabalhos do IX Encontro, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela

Património Local...

O CHAFARIZ DE D. MARIA I EM PALMELA: ESTUDO ESTRATIGRÁFICO E INTERVENÇÃO NOS MEDALHÕES RELEVADOS COM A REPRESENTAÇÃO DAS ARMAS DA VILA

O chafariz de D. Maria I, em Palmela, a par de outras estruturas arquitetónicas, constitui um dos *ex-libris* da vila palmelense. Outrora, ter uma nascente para abastecer a vila era uma condição essencial para o desenvolvimento do lugar e das suas gentes. Na atualidade, apesar de a fonte não ter o impacto e a sua utilidade primitiva, constitui motivo de orgulho para a cultura local e, no enquadramento de outras obras edificadas no reinado de D. Maria I (1777-1815), reveste-se de um enorme e inegável valor patrimonial nacional.

Como todas as estruturas arquitetónicas, as fontes são por vezes alvo de intervenções de manutenção e, em alguns casos, de ações de restauro mais intrusivas. Do ponto de vista estrutural, pensamos que o chafariz aparenta ter o seu modelo original. No entanto, dada a vicissitudes da obra edificada se encontrar no espaço público, exposta às normais intempéries, é sabido por fontes verbais e alguma documentação fotográfica, disponível em arquivo, que foram efetuadas, ao longo do século XX, diversas repinturas na fonte e, em particular, dos seus medalhões relevados.

Perante a memória coletiva local que apelava a que o chafariz tivesse os medalhões ovalados policromados, tal como eram originalmente, houve a necessidade, por parte do município, em 2023, de repor essa memória coletiva, de modo que fosse ao encontro dos desígnios da população. Efetivamente, por motivos diversos, que são apontados no relatório técnico que foi produzido nesta última intervenção, a última repintura dos medalhões deixou-os a branco, sem evidenciar devidamente a sua iconografia. Posto isto, numa intervenção promovida pelo Município de Palmela no segundo semestre de 2023, foi executada pela empresa *Intonaco – Conservação e Restauro*, especializada em projetos de pintura mural e reabilitação urbana, um estudo técnico e uma intervenção que pudesse restituir a cromaticidade dos medalhões. Para esta iniciativa contou-se com a colaboração científica de um grupo de trabalho, constituído por membros do Centro de Investigação em Belas-Artes (CIEBA), da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL) e do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR), da Universidade Católica Portuguesa (UCP).

Enquadramento

Reconstruído no lugar de um antigo chafariz quinhentista, construído por ordem de D. Jorge (1481-1550), último Mestre da Ordem de Santiago, e segundo o projeto de Joaquim José da Costa, no século XVIII, a estrutura é constituída por um sistema de captação ao nível do solo e de distribuição, que assegurava o acesso público da água potável à população, bem como a animais, por meio de dois tanques adjacentes (Figura 1). O chafariz apresenta uma planta longitudinal, composta por três corpos articulados entre si, rematados por uma platibanda decorada com molduras relevadas e cornija em ressalto (Belo, 1998). Adossados ao corpo central, encontram-se dois panos de alvenaria, decorados com dois medalhões que representam as armas antigas da vila, um revestimento em médio relevo trabalhado em argamassa (SIPA, 2016), cuja técnica de execução aparece designada na bibliografia de referência por estuques exteriores (Aguiar, 2005) ou *stuccos* exteriores (Santos, 2016). Embora, seja também conhecida por “trabalhos em massa”

Os revestimentos encontravam-se muito alterados em consequência do desgaste inerente à localização do sistema hidráulico e da orografia do próprio terreno, aspetos que desencadearam uma série de fenómenos de deterioração diretamente relacionados com o contacto permanente com a água. O envelhecimento e a fadiga dos materiais constituintes e extemporâneos, usados nas intervenções realizadas nas últimas décadas, alteraram a matéria, as formas e consequentemente a perceção formal e estilística da obra, devido à mudança do plano de cor, quer dos medalhões, quer das platibandas.



Figura 1 – Vista geral antes da intervenção em agosto de 2023. Foto: FH.

Metodologia

Os trabalhos compreenderam duas fases. Começou-se por um estudo técnico preparatório e numa segunda fase com uma ação direta nos medalhões com vista à estabilização da superfície e à restituição das cores.

Num primeiro momento, fez-se um levantamento documental o mais exaustivo possível. Assim, a primeira estratégia passou pela recolha de imagens antigas do chafariz, bem como uma análise a algumas descrições do brasão da vila de Palmela, de modo a poder identificar e compreender a heráldica existente, para auxiliar o processo de identificação das formas representadas e cores associadas (Barbosa, 1860; Fox-Davies e Graham, 2012). Nesse estudo preparatório também se fez a consulta de alguns tratados (Leitão, 1896; Cennini, 1992), trabalhos publicados (Fleury, 1903; Correia, 1931) e artigos científicos (Gil, 2022), que permitissem identificar pigmentos primitivos, com vista à caracterização dos materiais originais policromos da superfície dos medalhões. Além disso, também foi muito importante a consulta de notícias (Jornal do Pinhal Novo, 2011) e de dois diversos relatórios técnicos de conservação e restauro, feitos mais recentemente (século XX), que ilustravam determinados aspetos técnicos muito relevantes para a compreensão da estrutura arquitetónica e a sua história recente (Monumenta, 2002; REBAU - GPCR. A par desse levantamento documental também se efetuaram diversas sondagens técnicas, *in situ*, acompanhadas de medições colorimétricas, para tentar compreender, ao nível das estratigrafias, as policromias existentes na superfície. Após a correlação das formas com as cores e, consequentemente, com os possíveis pigmentos (Figura 2), fizeram-se estudos de luminosidade com pequenas maquetes (provas em papel), para tentar validar os matizes propostos, junto das imagens fotográficas mais antigas a preto e branco dos medalhões.

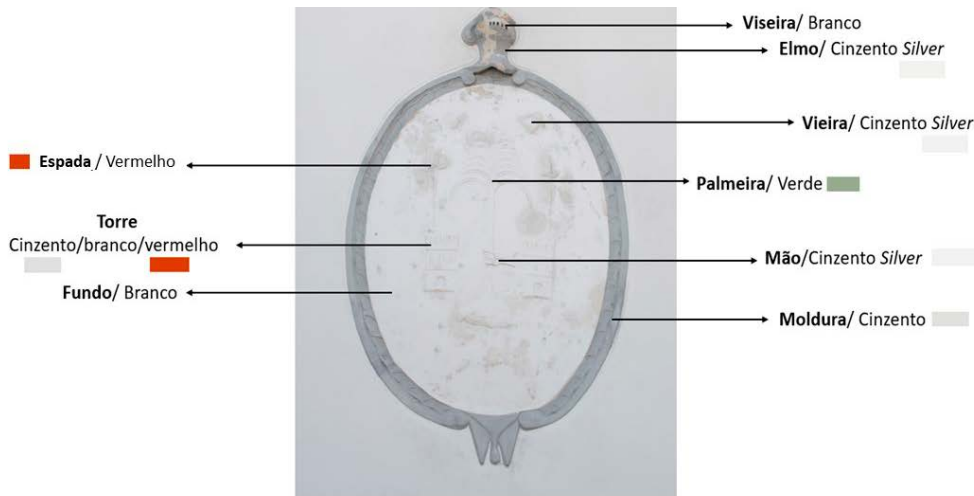


Figura 2 – Resultado do estudo inicial efetuado para compreensão da distribuição das cores.

Para reforçar o estudo cromático, fez-se ainda um levantamento fotogramétrico integral do espaço e em ambiente de computação gráfica efetuou-se a modelação 3D do chafariz e dos seus medalhões, para que, do ponto de vista gráfico, se pudesse ilustrar as opções colorimétricas possíveis. Este trabalho permitiu criar um cenário virtual com as diversas propostas cromáticas dos medalhões relevados, de modo a ter uma perceção mais contextualizada do Largo D. Maria I (Município de Palmela, 2008) após a intervenção. Nesta fase do projeto pretendeu-se, de modo intencional, não só ilustrar os medalhões relevados, mas também mostrar o chafariz real, segundo diversos pontos de vista, para que se obtivesse uma leitura ampla do espaço, suficientemente fiel com o contexto envolvente.

Após a análise iconográfica, estratigráfica e de luminosidade cromática, foi elaborado o cenário virtual de duas propostas de reconstituição cromática. A primeira, considerada mais “simples” e mais próxima com as leituras e interpretações feitas na primeira fase do projeto e a segunda, considerada mais “rica”, do ponto de vista cromático, sem, contudo, se afastar de algumas evidências iconográficas afloradas durante a investigação. As duas propostas cromáticas seguem linhas conservadoras, relacionadas com a reprodução de matizes considerados originais. Concluído o estudo, os resultados foram remetidos para a Direção-Geral do Património Cultural, do Ministério da Cultura, que apreciou as propostas e apresentados numa sessão pública na biblioteca municipal, aberta à comunidade, tendo a edilidade optado pela segunda proposta.



Figura 3 – Primeira proposta de reconstituição cromática. Restituição virtual: FH.



Figura 4 – Segunda proposta de reconstituição cromática. Restituição virtual: FH.

Na segunda fase do projeto, relacionada com os “trabalhos de campo”, fez-se a estabilização da superfície e operou-se a restituição física das cores (Figura 5). Esta fase do projeto foi efetuada tendo em conta o uso de um conjunto de materiais estáveis, testados cientificamente em edifícios históricos e um sistema normativo de cores (NCS, 2024).



Figura 5 –Vista do Chafariz após os trabalhos de 2023-2024. Foto: FH.

Conclusões

Do ponto de vista técnico é importante assinalar que, com base no trabalho de equipa, entre a empresa responsável pela intervenção e o grupo de trabalho académico, assim como com o apoio incondicional por parte do Município de Palmela, nos seus diversos aspetos, a restituição física da cromaticidade dos medalhões relevados foi alcançada e poderá servir agora de identidade cultural da comunidade.

Apesar dos significativos esforços, o estudo técnico e laboratorial levado a cabo não identificou evidências fortes dos materiais originais utilizados como policromias, apesar de todas as fotografias históricas sugerirem, de modo claro, que os medalhões sempre foram policromados. Pelo menos, a partir de 1913, data do primeiro registo fotográfico conhecido, e ao longo do século XX.

Não obstante as premissas técnicas indicadas, é importante assinalar que, para a preservação de uma obra de exterior no tempo, será conveniente a criação de um plano de manutenção, que permita mitigar numa fase muito inicial, eventuais danos e patologias que possam surgir a médio e longo prazo no imóvel.

Para concluir, convém também referir que o projeto pautou-se por um compromisso entre as evidências históricas conhecidas, da cromaticidade dos medalhões ovalados, e uma posição de “bom senso” atenta a valores culturais intangíveis que, em todo o caso, são sempre muito importantes a ter em linha de conta com as comunidades.

Ana Lopes

Conservadora-restauradora, sócia gerente da Intonaco, Conservação e Restauro, Lda

Ana Bailão

Conservadora-restauradora de Bens Culturais (PhD)

Professora auxiliar do Departamento de Ciências da Arte e do Património da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

Frederico Henriques

Conservador-restaurador de Bens Culturais (PhD)

Investigador integrado no Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR), Escola das Artes, da Universidade Católica Portuguesa

Biografia

Aguir, J. (2005). *Cor e cidade histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto, FAUP Publicações.
Barbosa, I. de Vilhena (1860). *As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem Brasão d'Armas*. Lisboa, Typographia do Panorama. 3 vols.
Belo, A. (1998). *Chafariz D. Maria I. Lisboa: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA)*. Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural.
Cennini, C. (1922). *The book of the Art of Cennino Cennini. A Contemporary Practice Treatise on Quattrocento Painting*. London, George Allen & Unwin, Ltd. 2ª Edição.
Correia, C. (1931). *Pinturas e Fingidos*. Livraria Editora, Lisboa, p. 7.
Fleury, P. (1903). *Novo Tratado Usual da Pintura de Edifícios e Decoração*. Paris-Rio de Janeiro, H. Garnier Livreiro Editor.
Fox-Davies, A. C., Graham, J. (2012). *A Complete Guide to Heraldry. London, T.C. & E.C. Jack* (E-book). p. 282.
Disponível: <https://www.gutenberg.org/files/41617/41617-h/41617-h.htm#page303>.
Gil, M. (2022). As pinturas a cal nos tratados e manuais técnicos da construção civil em Portugal entre 1880 e 1931 – uma revisão histórica. *Conservar Património* 39, p. 46- <https://doi.org/10.14568/cp2020043>.
Jornal do Pinhal Novo (2011). *Chafariz D. Maria. Obras concluídas em Agosto*. N.º 649. Ano XIII (28 de junho de 2011), p. 3.
Leitão, L. A. (1896). *Curso Elementar de Construções*. Imprensa Nacional, Lisboa.
Monumenta (2002). *Restauro dos medalhões do Chafariz, Palmela. Relatório Técnico*, p. 15.
Município Palmela (2008). *Caminhe... pelos Largos. Lugares com Estórias*.
Disponível em: <http://centrohistorico.cm-palmela.pt/uploads/visitar/2Palmela-LargoseLugares.pdf>
Santos, M. (2016). *Os stuccos exteriores na região do Algarve*. P&C, 61, pp. 16-19.
Sistema NCS – Natural Colour System. Disponível: <https://ncscolour.com/ncs/>.
SIPA (2016). *Núcleo Urbano da Vila de Palmela*. Disponível aqui: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=19825#:~:text=O%20bras%C3%A3o%20da%20vila%20de,prata%2C%20em%20campo%20de%20ouro.

Em agenda...

Até 30 de junho | Igreja de Santiago, Castelo de Palmela

EXPOSIÇÃO DE ESCULTURA EM CERÂMICA «SEMENTE DE LIBERDADE»,

de José António Silva

Peças de escultura cerâmica, de grande dimensão, cozidas a alta temperatura. Resultam de um dedicado trabalho de investigação do autor sobre os materiais, métodos e queimas tradicionais, procurando que cada peça esteja sempre envolvida num certo experimentalismo que a terra e o fogo permitem.

Entrada gratuita

Horário: 3.ª feira a domingo, 10h00 às 18h00 (encerra à 2.ª feira).

Contactos: 212 336 640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela



Até setembro | Espaço Cidadão, Palmela

EXPOSIÇÃO «ENTRE COPOS E BALÕES. DO ENSAIO ANALÍTICO À ENOLOGIA MODERNA»

Exposição temporária que dá a conhecer algumas das peças mais emblemáticas da coleção de vinificação, constituída a partir de doações particulares oriundas de Adeegas devolutas do Concelho de Palmela.

Entrada gratuita (visita sujeita ao horário de funcionamento da Junta de Freguesia de Palmela)

Contactos: 21 233 6640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela



Museu – A Estação

EXPOSIÇÃO «QUANTAS CORES TEM UMA VIAGEM?»

Trata-se de uma exposição permanente da autoria de Maria Madalena que se destina, preferencialmente, ao público não leitor de letras (os mais pequenos) que visita o museu em grupos escolares e famílias. A Associação Bengala Mágica colaborou na construção desta nova narrativa, com o objetivo de proporcionar também ao público cego ou de baixa visão o acesso à informação através do tato.

Entrada gratuita

Horário: 3.ª feira a domingo, 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00 (encerra à 2.ª feira e feriados).

Contactos: 212 384 171 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela

Apoio: Associação Bengala Mágica



Museu- A Estação

VISITAS

1.º sábado de cada mês | **VISITA «UMA PEÇA, UMA VIAGEM»**

1 junho, às 10h30 – Os azulejos da Estação de Pinhal Novo

6 julho, 15h30 – Lanternas, bandeira e apitos

3 agosto, 10h30 – O quadriciclo e as ferramentas de via

7 de setembro, 15h30 – O telefone e o relógio de Estação

12 outubro, 10h30 – Do carvão à eletricidade

4.º sábado de cada mês | às 10h00 - **«NO MEU TEMPO...» - visitas orientadas por ferroviários**

Frequência gratuita, com limite de inscrições até às 12h00 da antevéspera do dia da visita.

Informações e inscrições: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela



18 maio e 13 julho - 20h00 | 15 junho - 20h30

VISITA ENCENADA AO CASTELO

Visita acompanhada por personagens de época, que nos orientam o olhar para a história e pormenores do castelo de Palmela, à medida que o sol se põe no horizonte.

É um convite para pausar o olhar na paisagem, para respirar e apreciar o património como fonte de prazer e bem-estar.

Ponto de encontro – Igreja de Santa Maria

Inscrições: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt ou 21 233 6640

Limite de inscrições: min. 10 / máx. 25 (inscrições até às 12h00 da antevéspera).

Duração aproximada: 01h30

Frequência gratuita

Org.: Câmara Municipal de Palmela



3, 4, 5 de julho

FÉRIAS A CRESCER - Verão

Com o intuito de promover o conhecimento da História e Património locais, a edição de verão do programa «Férias a Crescer» convida os participantes a saberem mais sobre o tempo dos Romanos neste território.

Tema: «O tempo dos Romanos – uma aventura arqueológica», programa de atividades para crianças entre os 6-11 anos, residentes, estudantes ou filhas/os de trabalhadores no concelho de Palmela.

Participação gratuita (min.: 15 e máx.: 25 participantes)

Info./Insc. (até 21 de junho): patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

212336640

Org.: Câmara Municipal de Palmela

Centro histórico e Castelo de Palmela

VISITAS GUIADAS

1 junho | 6 julho | 7 setembro | 5 outubro

09h30 - **Visita guiada ao Centro Histórico da Vila de Palmela**

Ponto de encontro – Chafariz de D. Maria I

11h30 - **Visita guiada ao Castelo de Palmela**

Ponto de encontro – Praça de Armas

Visitas orientadas por António Lameira, Voluntário do Museu Municipal de Palmela

Inscrições: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt ou 21 233 6640

Limite de inscrições: mínimo 6, inscrições até às 12h00 da antevéspera do dia da visita.

Duração: 01h30 (em cada período)

Frequência gratuita

Org.: Câmara Municipal de Palmela



Publicações...

Destacamos três obras, do Fundo Local da Rede de Biblioteca Públicas do Município de Palmela, que versam sobre Abril:

ROSENDO, Maria Teresa (coord.), AFONSO, Valéria, (2005) - *30 anos de Abril no concelho de Palmela: 3 décadas de realizações em democracia*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

Esta publicação complementou a exposição "30 anos de Abril no concelho de Palmela" realizada em 2005.

CABRITA, José António, (2017) - *A PIDE em Pinhal Novo: para que a memória não esmoreça*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela. (Estudos locais)

Apresenta a história de casos de prisões pela PIDE, de 1936 a 1967, entre as gentes de Pinhal Novo.

TEIXEIRA, Florbela (2018) - *Uma família nos tempos de Salazar: a luta diária pelo pão e pela dignidade*. Lisboa: Colibri. Romance onde a história de um Portugal rural e provinciano entrelaça-se com a história da personagem e, através dela, viajamos por um Portugal monárquico, republicano, salazarista, marcelista e democrático, e compreendemos pequenos detalhes da história nacional e da cultura portuguesa profundamente marcada pela religiosidade.

Lançados recentemente:

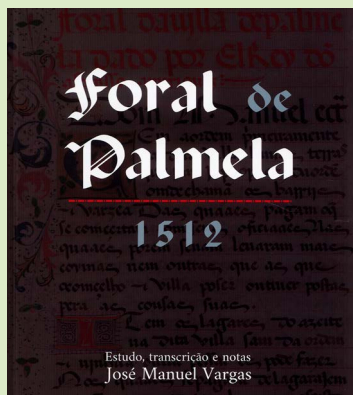
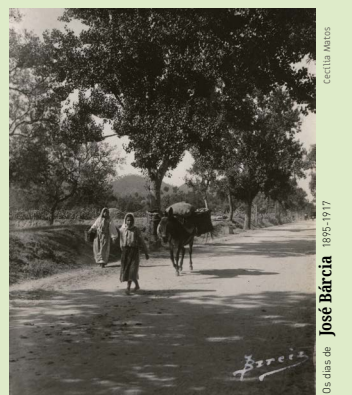
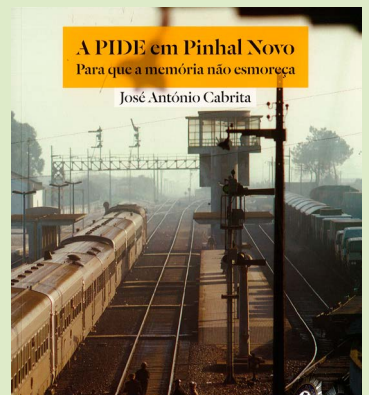
VARGAS, José Manuel (2023) - *Foral de Palmela 1512 / estudo, transcrição e notas*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

MATOS, Cecília (2024) - *Os Dias de José Bárcia, a coleção fotográfica de Quinta do Anjo, Palmela e Setúbal (1895 – 1917)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

Exposição itinerante:

25 de Abril na imprensa: [roteiro da exposição] / [textos de] José Carlos Valente, João Carlos Natividade - Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1999.

Exposição realizada em Palmela, no ano de 1999, no âmbito das comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril.



SUMÁRIO

1 | Editorial

2 | Em Investigação...

A prisão política de um funcionário da C.M. de Palmela: a história de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho (1934-1935)

3 | Em destaque...

As dinâmicas culturais de «Abril» em Palmela: o impulso do PRAC (Programa de Recuperação e Animação do Castelo)

IX Encontro sobre Ordens Militares – um balanço

4 | Património local...

O chafariz de D. Maria I em Palmela: estudo estratigráfico e intervenção nos medalhões relevados com a representação das armas da vila

6 | Em agenda...

7 | Publicações

CONTACTOS

Museu Municipal de Palmela – Divisão de Bibliotecas e Património Cultural (DBPC)
Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município
2951-504 PALMELA
Telefone: 21 233 6640 | E-mail: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

FICHA TÉCNICA

Edição: Câmara Municipal de Palmela | Coordenação editorial: Teresa Sampaio
Colaboram neste número: Ana Bailão, Ana Lopes, Ana Margarida Bichinho, Diogo Ferreira, Frederico Henriques, Isabel Cristina F. Fernandes, Jorge Martinho, Kristjan Toomaspoeg, Paulo Pacheco, Rute Regula, Sérgio Infante
Colaboram no Suplemento: A equipa de Serviço Educativo, sob coordenação de Sandra Abreu Silva
Design: Joana de Oliveira | Impressão: Regiset
ISBN: 927-8497-27-X | Depósito legal: 196394/03